

Economia

A Argentina deve ser vista como exemplo de tudo aquilo que o Brasil não deve fazer, disse o jovem economista Daniel Dantas ao presidente eleito, em recente reunião.

Conselho a Collor: evitar a "argentinização".

SUELY CALDAS

No encontro que manteve na semana passada, em Brasília, com um grupo de economistas, o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, ouviu atento um conselho: "A Argentina deve ser vista como exemplo de tudo aquilo que o Brasil não deve fazer". Ele foi transmitido pelo economista Daniel Dantas, principal acionista do Banco Icatu de Investimentos, que saiu satisfeito da reunião. "A impressão que ficou foi a de que Collor pretende fazer um programa de estabilização consistente, que ataque o mal pela raiz", avaliou Daniel Dantas, para quem esse tipo de programa deve fugir ao congelamento de preços e salários e privilegiar o corte do déficit público, através do aumento da arrecadação fiscal, punição aos sonegadores e cortes de despesas, incluindo aí demissões de funcionários públicos e venda de empresas estatais deficitárias.

Organizado pelo ex-cunhado de Collor, o empresário Olavo Monteiro de Carvalho, participaram do encontro também o ex-ministro Mário Henrique Simonsen e o economista André Lara Resende, um dos idealizadores do Plano Cruzado. Em nenhum momento, segundo Dantas, Collor pediu opinião dos presentes ou citou nomes de eventuais candidatos a ministros na área econômica, mas o ex-ministro Simonsen esclareceu durante a conversa que não desejaria ocupar nenhum cargo público. Collor tem amigos confidenciado a amigos de sua confiança que não deseja ter em sua equipe pessoas com imagem marcadamente vinculada aos governos militares ou que tenham servido ao governo Sarney.

Por isso, a indicação do ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, não tem



Foto Gilson Barreto/AJB

Daniel Dantas: Collor deve cortar o mal pela raiz.

cotação alta junto a Collor, mas o ex-ministro Simonsen em nenhum momento da conversa sugeriu seu nome, esclareceu Dantas. O encontro dos três economistas com o futuro presidente foi realizado na quinta-feira da semana passada, na residência de um empresário de Brasília desconhecido do dirigente do Banco Icatu. A con-

versa durou três horas e meia e terminou às 22h30. Collor perguntou muito, nada anotou, raramente comentou e concentrou seu interesse em saber de cada um sua avaliação sobre a economia brasileira neste momento e os remédios aplicados em outros países para domar a inflação e estabilizar a economia.

"Citei os exemplos da Alemanha, China, Hungria, Itália e França, procurando extrair os pontos positivos dos programas de estabilização econômica nesses países. Em relação à Argentina houve consenso de que as medidas econômicas adotadas no passado e agora não devem ser imitadas pelo Brasil", contou Daniel Dantas. Ao interlocutor atento, o jovem economista de 35 anos advertiu sobre a gravidade da crise econômica e do risco de hiperinflação. "Em dezembro a inflação acelerou quase descontroladamente agravando o risco de evoluir para a hiper", alertou Dantas. Ele desmente versão que circulou sobre o encontro, segundo a qual teria sugerido intervenção do governo no mercado financeiro, que teria sido rechaçada por Collor. "Em nenhum momento fiz qualquer sugestão sobre o que deve ser feito no mercado financeiro. Limitei-me a comentar que a redução da inflação fará o mercado financeiro encolher em tamanho e importância, o que não é ruim para o país, já que hoje grande parcela da renda nacional é canalizada para o investimento financeiro, penalizando a atividade produtiva", relatou.

Em relação à dívida interna, Daniel Dantas defendeu o alongamento dos vencimentos dos títulos do governo, por entender que o problema maior a ser enfrentado são os pagamentos de curto prazo, contraidos no final do governo Sarney, em razão da descrença do investidor na capacidade do governo em honrar seus compromissos de longo prazo. Para seus assessores mais próximos, Collor tem defendido remédio semelhante: o governo garante o pagamento da dívida, mas vai procurar renegociar os prazos com os grandes investidores e aliviar a pressão no seu primeiro ano de governo.